

## **Intervenção no Plenário da A.R.**

**Pedro Duarte**

**8 Dezembro de 2007**

O PSD não hesita quando afirma que o caminho mais escorreito para o desenvolvimento equilibrado de uma sociedade, e de um País, passa por uma aposta de sucesso na qualificação das pessoas.

Precisamente por isso, todos temos a obrigação de assumir que Portugal tem aqui um enorme défice, verdadeiramente estrutural: Na verdade, os resultados do nosso sistema de ensino são piores do que os atingidos pela generalidade dos Países nossos concorrentes, seja à escala europeia, seja mesmo à escala global.

Apesar de todos os investimentos feitos nos últimos 20 anos, Portugal vai ficando cada vez mais para trás, perante os novos desafios do Século XXI.

Nestes novos tempos, em que a competitividade é crescente, Portugal está a perder esta corrida.

Ainda esta semana, foi divulgado mais um estudo comparativo entre 57 Países, relativo ao ano de 2006.

Mais uma vez, Portugal surge com resultados sofríveis, que nos devem perturbar.

Veja-se um indicador paradigmático:

- Em Portugal, apenas 40% dos jovens, que hoje têm entre 25 e 34 anos, concluíram o ensino secundário.
- A média da OCDE é de 77%
- A Espanha, por exemplo, está 21% à nossa frente, com 61% dos seus jovens com o ensino secundário
- a Grécia está 32% à frente, com 72,9% dos jovens a concluírem o ensino secundário
- e mesmo a República Checa tem 93,5% dos jovens com, pelo menos, essas habilitações.

Vale a pena, portanto, perguntar porque estamos a falhar este desafio absolutamente decisivo para o nosso futuro.

Será um problema de falta de investimento?

Não creio!

Portugal investe mais em Educação - em percentagem do PIB - do que países como a Alemanha, a Itália, os Países Baixos, o Japão, a República Checa, a Espanha ou a Irlanda.

Quanto à despesa por estudante, também aqui, gastamos mais do que muitos países que conseguem obter um muito maior sucesso educativo, como por exemplo, a República Checa, a Eslováquia ou a própria Grécia.

O nosso problema não está aí.

O problema está na gestão e organização do nosso sistema.

Temos um modelo esgotado!

Um modelo que teve o seu tempo, mas que não responde aos desafios do Século XXI.

É um modelo macrocéfalo que assenta num Estado omnipresente, castrador da criatividade, da diversidade e, portanto, também da responsabilidade que deve caber a cada escola, a cada comunidade.

No nosso actual sistema de ensino, tudo é decidido pelo Ministério:

- as disciplinas e os programas de cada turma
- a colocação dos professores e do pessoal não docente
- a hora de abertura e de encerramento de cada escola
- ou todos os procedimentos burocráticos que se possam imaginar, desde a forma de lidar com os casos de indisciplina, até à organização dos cacifos dos alunos, dos

procedimentos relativos às “bombinhas de Carnaval” ou à poda de arbustos em espaço escolar...

Refira-se que todas estas situações foram alvo de Decretos, Portarias e Despachos recentemente emanados do Ministério da Educação.

Esta lógica não faz qualquer sentido.

Assim, não vamos conseguir melhorar os nossos resultados reais.

Vale, portanto, a pena perguntar o que o Governo tem feito perante tudo isto.

E aí, a resposta é clara:

- A sua filosofia centralista só trouxe confusão e instabilidade às nossas escolas.
- A sua atitude conflituosa só trouxe desmotivação e desprestígio para os professores.
- A consequente perda de autoridade dos professores só causou mais casos de indisciplina e até de violência.
- As suas medidas *facilitistas*, em busca de resultados meramente estatísticos, só contribuíram para a degradação da qualidade do ensino.

Passados mais de dois anos e meio da posse deste Governo, sobram razões para que se proceda a uma avaliação da sua

actuação e a um balanço dos resultados reais do nosso sistema de ensino.

Falo de resultados reais, em oposição a estatísticas fabricadas!

Porque há uma grande diferença entre o país real, (onde vivem os alunos, os seus pais ou os professores); e o país virtual, da propaganda, das estatísticas manipuladas, onde o Governo assenta o seu discurso e a sua acção.

Porque a verdade é que o Governo, na área da Educação, caracteriza-se por dois eixos essenciais:

### **Prepotência e Propaganda.**

Prepotência, que se vai manifestando em vários lamentáveis episódios:

- Começou no ataque generalizado à dignidade dos professores;
- Continua na perseguição a quem ousa divergir da linha oficial socialista, como aconteceu, por exemplo, na DREN, ou na busca a um sindicato na Covilhã;
- E culmina na sistemática violação da lei e a recorrente condenação do Governo nos Tribunais, sem que, lamentavelmente, se extraia qualquer consequência política,

ou sequer, se peça desculpa aos portugueses que foram - deliberada e ilegalmente – prejudicados.

Quanto à Propaganda, há muito a dizer.

Não vamos sequer referir-nos às cerimónias no CCB, com crianças contratadas num *casting* para sorrir ao Primeiro-Ministro, nem vamos falar sequer na ridícula e demagógica excursão dos Ministros deste Governo a percorrer as escolas deste País, com computadores na mala do carro.

A questão que aqui queremos trazer é de uma gravidade acrescida.

Trata-se do nível de exigência do nosso ensino.

Para este Governo, tudo vale para melhorar as estatísticas, independentemente de tal ser conseguido, paradoxalmente, prejudicando a real formação dos portugueses.

O Governo adoptou uma perigosa filosofia assente no *facilitismo*, no desleixo, na incúria e na aversão ao rigor e à exigência.

Isto é, o Governo assume uma orientação precisamente contrária ao que seria necessário para a vida nas nossas escolas.

Onde se impunha reforço da autoridade para os professores, o Governo insulta, desmoraliza e desprestigia a sua função;

Onde se impunha reforço da exigência, o Governo tudo faz para mascarar resultados;

Onde se impunha rigor, o Governo desresponsabiliza-se, mesmo quando os Tribunais condenam o Ministério.

Vários exemplos concretos podem ser enunciados, para demonstrar esta cultura do desleixo, em prol de estatísticas manipuladoras da realidade.

Lembro apenas alguns:

- Este Governo acabou com as provas globais no 9º ano;
- Este Governo acabou com o exame a Filosofia no ensino secundário;
- Este Governo mandou repetir, ilegalmente, alguns exames a Química e Física, simplesmente, para inflacionar as notas;
- Este Governo nem quer ouvir falar do alargamento dos exames a outros ciclos de ensino, como o PSD (e o CDS) já sugeriram;
- Este Governo inventou um Programa “Novas oportunidades”, em que, em três meses, um cidadão consegue completar três anos lectivos. Notável;
- Este Governo aumentou - e bem - o nº de cursos profissionais, mas não investiu um cêntimo em oficinas, ateliers ou laboratórios nas nossas escolas;

- Este Governo cria um sistema de avaliação dos professores, em que estes serão reconhecidos e progredirão na carreira, se não reprovarem os seus alunos;
- Este Governo condiciona as escolas, ao estabelecer que, se derem notas negativas aos seus alunos, serão penalizadas nas avaliações da Inspeção-Geral de Educação;
- Este Governo aprovou um Estatuto do Aluno, em que uma criança ou um jovem que, injustificadamente, falte às aulas durante todo o ano, passará tranquilamente de ano, fazendo uma chamada “prova de recuperação”.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O Governo tudo faz para artificialmente apresentar um país virtual, onde nenhum menino reprova e todos têm boas notas.

Mas infelizmente, tal só será conseguido, não porque se melhorou o ensino e as aprendizagens, mas porque se sacrificou a exigência e facilitou o seu sucesso meramente administrativo.

Isto é o oposto do que devia ser feito.

O Governo governa para as estatísticas fáceis, prejudicando a qualidade do ensino.

Para o governo, o que interessa é a imagem e a aparência, independentemente de se continuar a hipotecar o futuro do País...

Um Governo responsável deveria preocupar-se em ter, no nosso País, um Ensino exigente, que reconhecesse o mérito, o esforço e o trabalho e não uma escola que cultive facilidades e promova o desleixo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Este Governo está a falhar rotundamente na Educação.

A sua política educativa esgota-se, infelizmente, nestas duas características: Prepotência e Propaganda!

Mas, o grande problema é que esta atitude tem consequências dramáticas para o futuro dos portugueses.

É, pois, hora de mudar.

O PSD tem, com sentido de responsabilidade e com espírito crítico, preparado soluções alternativas que, inexplicavelmente, a maioria socialista rejeita sequer discutir.

São propostas que concretizam uma visão integrada, um novo paradigma para a Educação no nosso país.

Um paradigma que corta com a actual visão centralista e aposta nas comunidades locais, ao nível de cada escola.

Temos de deixar ao Estado, o papel de fiscalização e de regulação, libertando a gestão do sistema para os pais, para os professores, para a Autarquia e para a comunidade envolvente de cada Escola.

Só assim, com uma verdadeira autonomia e conseqüente responsabilização de cada escola, poderemos ambicionar melhores resultados.

Não pretendemos uma desresponsabilização do Estado.

Pelo contrário, o que queremos é que o Estado desempenhe melhor aquelas que devem ser as suas funções.

O PSD apela, assim, à consciência de todos.

Concretamente nesta área – a Educação – o País exige um grande sentido de responsabilidade por parte de todos os agentes políticos e sociais.

Estamos a falar do futuro do País. Do futuro das próximas gerações.

A Educação em Portugal precisa de um novo rumo.

Um rumo diferente.

Um rumo que nos tire da situação verdadeiramente alarmante em que nos encontramos.

Um rumo que nos dê esperança de vencer os desafios do futuro.

Disse.